



BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BR Partners Holdco Participações S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Política de distribuição de dividendos: A política de dividendos da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	1.092	94.133	47.104	Passivos financeiros ao custo amortizado	13	-	-	1.959.047	288.416
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	5(a)	-	-	2.368.744	540.349	- Recursos de instituições financeiras	-	-	-	1.228.129	-
- Títulos públicos	-	-	-	1.803.817	151.462	- Recursos de clientes	-	-	-	671.741	251.779
- Títulos privados	-	-	-	325.438	255.960	- Recursos de emissão de títulos	-	-	-	59.177	7.021
- Cotas de fundos de investimento	-	-	-	239.489	132.927	- Outros passivos financeiros	-	-	-	-	29.616
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5(b)	-	-	257.594	-	Instrumentos financeiros derivativos	6	-	-	70.478	15.457
- Títulos privados	-	-	-	230.759	-	Valores a pagar – fornecedores	12(a)	220	133	53.464	3.814
- Cotas de fundos de investimento	-	-	-	26.835	-	Impostos a recolher	19(c)	35	12	7.202	31.610
Instrumentos financeiros derivativos	6(a)	-	-	149.852	38.090	Passivo fiscal corrente	19(c)	-	-	40.801	32.870
Ativos financeiros ao custo amortizado	7(a)	-	-	81.568	85.604	Passivo fiscal diferido	19(b)	-	-	53.084	23.218
- Operações de crédito	-	-	-	56.823	28.802	Outros valores a pagar	12(b)	63.572	10.363	139.245	51.447
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	24.745	56.802	Passivo de arrendamento	20(c)	-	-	-	1.463
Outros ativos	7(b)	23.209	-	71.300	-	Total do passivo	63.827	10.508	2.323.321	448.295	
Dividendos a receber	8	21.278	28.786	-	-	Patrimônio líquido	14	-	-	-	-
Tributos a recuperar	16	-	-	3.076	27.423	Capital social	212.735	80.817	212.735	80.817	
Pagamentos antecipados	-	-	-	6.704	1.192	Reservas de capital	68.230	68.233	68.230	68.233	
Ativo fiscal diferido	19(b)	-	-	28.154	12.470	Reservas de lucros	51.820	25.706	51.820	25.706	
Investimentos em controladas	9	350.246	146.655	-	-	Outros resultados abrangentes	(833)	-	(833)	-	
Imobilizado	10	-	-	4.721	3.609	Ações em tesouraria	(1.025)	(8.731)	(1.025)	(8.731)	
Intangíveis	11	-	-	5.360	5.568	Participação de não controladores	-	-	416.958	147.089	
Total do ativo		394.754	176.533	3.071.206	761.409	Total do patrimônio líquido	330.927	166.025	747.885	313.114	
						Total do passivo e patrimônio líquido	394.754	176.533	3.071.206	761.409	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2019	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
			Reserva legal	Outras reservas						
Lucro líquido do exercício	7.840	68.526	1.568	937	-	(5.824)	-	73.047	168.668	241.715
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	39.709	39.709	-	39.709
Capital de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	56.642	-	-	-	-	-	-	56.642	(21.579)	(21.579)
Compra de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(2.907)	-	(2.907)	-	(2.907)
Constituição de reservas	-	-	1.985	22.152	-	-	(24.137)	-	-	-
Deságio na alienação de ações em tesouraria	-	(293)	-	-	-	-	(293)	-	-	(293)
Dividendos	-	-	-	(936)	-	-	(15.572)	(16.508)	-	(16.508)
Em 31 de dezembro de 2020	80.817	68.233	3.553	22.153	(833)	(8.731)	63.300	166.025	147.089	313.114
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(833)	-	63.300	63.300	-	63.300
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(833)	-	-	(833)	-	(833)
Resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	(833)	-	63.300	62.467	-	62.467
Variação líquida na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	269.869	269.869
Aumento de capital	132.118	-	-	-	-	-	-	132.118	-	132.118
Capital a realizar	(200)	-	-	-	-	-	(200)	-	-	(200)
Constituição de reservas	-	-	3.165	45.101	-	-	(48.266)	-	-	-
Deságio na alienação de ações em tesouraria	-	(1.123)	-	-	-	-	(1.123)	-	-	(1.123)
Empréstimos de ações	-	-	-	-	-	22.955	22.955	-	-	22.955
Atualização de empréstimos de ações	-	1.120	-	-	-	-	1.120	-	-	1.120
Ações próprias adquiridas	-	-	-	-	-	(15.249)	(15.249)	-	-	(15.249)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(15.034)	-	-	(15.034)
Dividendos de outros exercícios	-	-	-	(22.152)	-	-	(22.152)	-	-	(22.152)
Transações com acionistas e constituição de reservas	131.918	(3)	3.165	22.949	-	7.706	(63.300)	102.435	269.869	372.304
Em 31 de dezembro de 2021	212.735	68.230	6.718	45.102	(833)	(1.025)	330.927	416.958	416.958	747.885

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa de atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido		63.300	39.709	136.074	88.383
Ajustes para:					
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	18.892	(2.117)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	(76)	359
Depreciações e amortizações	10/11	-	-	1.437	2.805
Baixa de imobilizado	-	-	-	-	1.905
Impostos diferidos	-	-	-	14.182	(8.709)
Provisões tributárias	-	-	-	-	25.805
Provisão para contingências	-	-	-	143	-
Resultado de participações em controladas	9	(65.884)	(40.059)	-	-
Baixa de valores a receber Holdco Ltda.	-	-	-	-	(40.065)
Outros ajustes	-	-	(1)	2	413
Lucro líquido/ (prejuízo) ajustado		(2.584)	(351)	170.654	68.779
Variações em:					
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	-	-	(1.828.395)	(195.606)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(56.741)	(27.687)
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	3.853
- Aplicações no mercado aberto	-	-	-	-	27.945
- Operações de crédito	-	-	-	-	32.063
- Outros ativos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	(28.786)	(39.950)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(257.594)
Tributos a recuperar	(16)	-	-	24.343	(25.823)
Pagamentos antecipados	-	150	(5.518)	(262)	(262)
Outros ativos	(23.209)	-	-	(71.298)	-
Valores a pagar – fornecedores	87	12	49.650	(1.455)	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	419.962	(39.006)
- Recursos de instituições financeiras	-	-	-	1.228.129	171.336
- Recursos de clientes	-	-	-	52.156	(1.383)
- Recursos de emissão de títulos	-	-	-	(29.616)	15.763
- Outros passivos financeiros	-	-	-	-	(3.204)
Passivo de arrendamento	-	-	-	(51.996)	4.148
Valores a pagar sociedades ligadas	23	(35)	36.200	47.906	-
Impostos a recolher	14.971	8.631	87.655	7.952	-
Outros valores a pagar	-	-	-	-	-
Fluxos de caixa gerados (utilizados) nas atividades operacionais		(10.728)	(72.375)	(176.295)	(7.163)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(51.082)	(22.904)
Caixa líquido gerado (utilizados) nas atividades operacionais		(10.728)	(72.375)	(227.377)	(30.067)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aumento de investimento em Companhia investida	(152.475)	(1.254)	-	-	-
Incorporação de investimento BR Advisory	-	(2.679)	-	-	-
Dividendos recebidos	22.492	44.596	-	-	-
Recursos provenientes da venda de imobilizado de uso	-	17	-	11	-
Aquisição de imobilizado de uso	-	-	(3.526)	(941)	-
Aquisição de intangível	-	-	(277)	(477)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais de investimento		(129.983)	40.680	(3.803)	(1.407)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital					
Recursos provenientes de emissão de ações	131.918	-	290.858	-	-
Ágio na alienação de ações	-	(293)	-	(293)	-
Empréstimos de ações	22.955	-	22.955	-	-
Recompra de ações	(15.249)	(2.907)	(15.249)	(2.907)	-
Recursos provenientes de mútuo	-	(4.148)	-	(4.148)	-
Passivo de arrendamento	-	-	(1.463)	-	-
Dividendos pagos	-	(16.508)	-	(31.142)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		139.624	32.786	297.101	18.152
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(1.087)	1.091	65.921	(13.322)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.092	1	47.104	58.309
Efeito das mudanças das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(18.892)	2.117
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	5	1.092	94.133	47.104
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(1.087)	1.091	65.921	(13.322)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Receitas de juros e ganhos com instrumentos financeiros	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Despesas de juros e (perdas) com instrumentos financeiros	69	10	2.063.752	1.223.708	
Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros	16	69	10	116.840	46.757
Receitas de prestação de serviços	15	-	-	226.593	189.279
Despesas de serviços técnicos especializados	17(a)	(32)	(32)	(12.569)	(17.463)
Outras receitas	-	-	-	394	3.672
Total de receitas/(despesas) de prestação de serviços		(32)	(32)	214.418	175.488
Total de receitas (despesas)		37	(22)	331.258	222.245
Despesas de pessoal	17(b)	-	-	(84.283)	(48.410)
Despesas administrativas	17(c)	(293)	(241)	(24.505)	(33.654)
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável	-	-	-	76	(359)
Outras despesas	18	(2.328)	(70)	(6.170)	(6.982)
Despesas operacionais		(2.621)	(311)	(114.882)	(89.405)
Resultado não operacional	(1)	(17)	105	352	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e resultados de equivalência patrimonial		(2.585)	(350)	216.481	133.192
Resultado de equivalência patrimonial	9(a)	65.885	40.059	-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		63.300	39.709	216.481	133.192
Tributos sobre lucros	19	-	-	(80.407)	(44.809)
Lucro líquido do exercício		63.300	39.709	136.074	88.383
Atribuível a:					
Acionistas controladores	-	-	-	63.300	39.709
Acionistas não controladores	-	-	-	72.774	48.674
				136.074	88.383
Número total de ações ordinárias (mil)	16.048.				



BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladas indiretas	Principais atividades	País	2021	2020
BR Partners Assessoria de Mercados de Capitais e Dívidas Ltda.	Prestação de serviços de assessoria e consultoria na estruturação de operações de abertura e fechamento de capital	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Europe B.V.	Consultoria em gestão empresarial	Holanda	100	100
BR Partners Participações Financeiras Ltda.	Participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Banco de Investimento S.A. (1)	Operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio	Brasil	99,99	99,99
BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (2)	Prestação de serviços de corretagem para clientes locais e clientes institucionais estrangeiros	Brasil	-	-

(1) O BR Partners Banco de Investimento S.A. é uma controlada direta da BR Partners Participações Ltda., e possui em sua estrutura dois fundos exclusivos que são: Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado e BR Partners Capital (Nota 9.ii).

(2) Em 19 de novembro de 2020, a alienação da BR Partners Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (controlada direta pela BR Partners Participações Ltda.), foi aprovada pelo Banco Central do Brasil, deixando de fazer parte do Grupo (Nota 9.ii). Dessa forma, não faz parte do consolidado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Todavia, os resultados relativos ao período no qual estava sob controle da BR Advisory Partners Participações S.A. foram consolidados no resultado de 2020.

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 10 de fevereiro de 2022.

COVID-19

Desde o início da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), a Administração da Companhia não identificou nenhum impacto significativo do COVID-19 nos negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia. Entretanto, a percepção dos efeitos da pandemia, ou a forma pela qual ela impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.

Do ponto de vista regulatório, o Banco Central do Brasil intensificou a fiscalização das instituições financeiras por ele reguladas e supervisionadas em razão dos efeitos da pandemia, passando a exigir monitoramentos e reportes mais frequentes das instituições sobre sua situação de liquidez, com destaque para captação e resgate de recursos, bem como para a concessão e risco de crédito de suas operações. O BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco"), instituição financeira controlada indiretamente pela Companhia, enviou todos os relatórios e reportes necessários ao Banco Central do Brasil, não tendo, até o presente momento, sofrido questionamentos materiais por essa autarquia.

Em respeito às orientações de isolamento social por conta da pandemia do COVID-19, a Companhia e suas controladas ofereceram a possibilidade de *home-office* a todos os seus administradores e colaboradores desde março de 2020. Atualmente, aproximadamente 25% de todos os administradores e colaboradores da Companhia e suas controladas continuam em *home-office*. Não houve redução da jornada de trabalho de qualquer colaborador. A Companhia formalizou um aditamento aos contratos de trabalho dos funcionários de todas as suas controladas no sentido de formalizar o *home-office*. A Companhia, por meio do Banco, está acompanhando as orientações da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, bem como outros fóruns de discussão para estruturar o retorno de seus administradores e colaboradores às suas atividades normais na sede da Companhia em linha com as melhores práticas de mercado. A Companhia entende que o retorno dos seus colaboradores deve ser feito de maneira gradual, após a evolução da campanha de vacinação contra o COVID-19, para preservar seus colaboradores e evitar eventual disseminação do vírus nas instalações da Companhia e suas controladas.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BR GAAP*), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (*CPC*).

2.1. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

Nas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Na consolidação foram eliminados os saldos e as transações entre as companhias, através dos seguintes procedimentos: a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; e b) eliminação dos saldos de investimentos da Companhia com os saldos de capital, reservas e lucros/prejuízos acumulados das controladas.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados. As perdas entre as empresas do Grupo são também eliminadas, exceto no caso de perda do valor recuperável, quando então, devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

2.3. Conversão de moeda estrangeira**a. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros". Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possui moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros resultados abrangentes".

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

• Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação. Para uma discussão detalhada da determinação do valor justo de instrumentos financeiros, vide Nota 2.16.

• Perda por redução ao valor recuperável

A determinação do nível de provisão para perda esperada de crédito exige estimativas e uso de julgamentos. Para as estimativas de mensuração da perda ao valor recuperável para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado requer avaliações quantitativas complexas e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento de cliente.

Os julgamentos necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda ao valor recuperável, são: – Estabelecimento de critérios para determinar o aumento significativo de risco de crédito, realizando avaliação de *rating* inicial e monitoramento periódico do *rating* atualizado; – Avaliação do perfil de risco de cada cliente levando em consideração, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias; e – Análise de cenários prospectivos, aplicando *Inputs* do modelo de acordo com as projeções de PIB, taxas de mercado e principais indicadores econômicos ("Focus").

• Ativos fiscais diferidos

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização.

• Redução ao valor recuperável do ágio ("impairment")

O Grupo pelo menos anualmente, avalia se o valor contábil corrente do ágio sofreu redução ao seu valor recuperável. O primeiro passo do processo exige a identificação de unidades geradoras de caixa (UGCs) independentes e a alocação de ágio para essas unidades.

A modelagem econômico-financeira foi conduzida de forma a demonstrar sua capacidade de geração de caixa estimada no período considerado sob plenas condições operacionais e administrativas, com as seguintes premissas:

- O Grupo pelo menos anualmente, avalia se o valor contábil corrente para um período de 8 anos e considerada a perpetuidade após 2027, com crescimento nominal de 5,7%;
- Para o período anual, foi considerado o ano fiscal de 1 de janeiro até 31 de dezembro;
- Para o cálculo do valor presente, foi considerada a convenção de meio ano (*Mid-year Convention*) ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (*mid-year point*) é aquele que melhor representa o ponto médio de geração de caixa da Companhia;
- O fluxo foi projetado em moeda corrente e o valor presente calculado com taxa de desconto nominal (considerado a inflação).

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia *Capital Asset Pricing Model ("CAPM")*, na qual o custo de capital é estimado com base no retorno exigido pelos acionistas da Companhia.

O cálculo do valor operacional é a partir do fluxo de caixa dos dividendos projetados para os próximos 8 anos e do valor residual do Banco a partir de então (considerando uma taxa de crescimento na perpetuidade "g" de 6,5%), descontados estes valores a valor presente, utilizando a taxa de desconto nominal.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 8 anos e perpetuidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o teste anual de *impairment* da sua UGC e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

• Reconhecimento da receita**- Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros**

Essas receitas são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

- Receitas de prestação de serviços

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente, levando em consideração o julgamento para determinar o reconhecimento da receita ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo (Nota 2.13(b)).

• Passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente e são constituídas levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo.

2.6. Principais políticas contábeis**2.6.1. Receita de contrato com cliente**

Para as receitas de contrato com o cliente é utilizado o *CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato* com os clientes, usando o método de efeito cumulativo (sem expediente prático). Essa norma estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita deve ser reconhecida, substituindo o *CPC 30/IAS 18 Receitas*.

A Companhia avaliou seus contratos com clientes. A Companhia não identificou obrigações de execução distintas relevantes nas prestações de serviços e concluiu não haver impacto significativo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. O reconhecimento de receita ocorre no momento que o serviço é concluído e entregue ao cliente, geralmente por ocasião da conclusão dos trabalhos.

2.6.2. Instrumentos financeiros**a. Reconhecimento e mensuração**

Para o *CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros*, o Grupo realiza: (i) modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros; e (iii) requisitos sobre a contabilização de *hedge*, mantendo as principais orientações relacionadas ao reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do *IAS 39*.

b. Classificação e mensuração de ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado. A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ"). Para fins de gerenciamento de riscos e regulatórios as carteiras são segregadas também como: i) Carteira *Trading*, composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira própria, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade; e ii) Carteira *Banking*, composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios do Grupo e seus respectivos *hedges*.

i. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

ii. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, ativos financeiros com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

iii. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio e de dívida

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não têm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos e títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo. Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes ("VJORA") quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado pela combinação de obtenção de fluxos de caixa contratuais e pela venda do instrumento financeiro.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Já os ganhos e perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

iv. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação (derivativo ou pela designação no reconhecimento inicial). O valor justo e o resultado líquido desses passivos financeiros, incluindo juros, são reconhecidos no resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

c. Instrumentos financeiros para proteção ("hedge accounting")

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições relacionadas a variação de taxa de juros. O Grupo permanece com a aplicação dos requerimentos de *hedge accounting* previstos no *IAS 39*, conforme permitido pelo *IFRS 9*.

No momento inicial da designação do *hedge*, o Grupo documenta o relacionamento existente entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. O Grupo faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, garantindo a existência de uma expectativa que os instrumentos sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período designado, bem como a observância se os resultados reais estão dentro da faixa de 80 – 125 por cento.

Os instrumentos financeiros derivativos considerados como instrumentos de proteção (*hedge*) são classificados de acordo

continua ...





BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com a natureza, a saber:

- **Hedge** de valor justo: Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria, bem como o item objeto de *hedge*, têm seus ajustes ao valor justo registrados em contrapartida ao resultado do período e apresentados na Demonstração do Resultado como "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros";
- **Hedge** de fluxo de caixa: Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria, têm seus ajustes ao valor justo reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de "Outros resultados abrangentes", líquidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme evidenciado na Nota 6(e).

d. Avaliação do modelo de negócio e avaliação de SPPJ

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo com base nas análises do teste de SPPJ:

- Modelo de negócios: O modelo de negócios reflete como o Grupo gerencia seus ativos financeiros. Isto é, avalia prospectivamente as perdas esperadas sempre utilizando como critério de provisão os valores/procedimentos/metodologias/dispositivos definidos em nossos manuais internos.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: a classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam somente pagamentos do principal e juros ("SPPJ"), e que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. Essa categoria inclui empréstimos, financiamentos (operações de crédito) e outros recebíveis. Inclui-se também nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários que atendam os critérios desta categoria. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda para redução ao valor recuperável e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

- Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA"): essa categoria inclui os instrumentos de dívida que em função do modelo de negócios tem como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais ou venda e tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos de principal e juros.

Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, com exceção das perdas de crédito esperadas e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- Ativos financeiros ao custo amortizado e "Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes".

e. Identificação e avaliação de Impairment

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia. Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

2.7. Arrendamento

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamento – utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial foi reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

Como resultado da aplicação do CPC 06(R2), apresentamos os valores na Nota 21(c).

2.8. Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 32 – Income Taxes) ("CPC 32/IAS 12") quando houver incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A adoção desta norma não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.9. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 anos
Direito de uso de imóvel ⁽¹⁾	5 anos

⁽¹⁾ Refere-se a contratos de arrendamento (Nota 2.7 e Nota 21(c)).

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

2.10. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pela licença adquirida para operar e exercer as atividades privativas de Instituições Financeiras anteriormente realizadas pelo Banco Porto Seguro S.A. no processo de cisão parcial registrada na Ata de Assembleia de Sócios do dia 30 de abril de 2012, e registrado na BR Partners Participações Financeiras Ltda., controladora do BR Partners Banco de Investimento S.A.. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzido pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de *software* adquiridas também fazem parte do intangível e são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A amortização é conforme contrato de aquisição e podem variar ou até mesmo serem indeterminadas, quando determinada é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de *software* adquiridas durante a vida útil estimada em contrato.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	1 a 5 anos
Outros	Indeterminado

2.11. Outros ativos e passivos

Os ativos circulantes são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos dos rendimentos e das variações monetárias e cambiais incorridos deduzindo-se, quando aplicável, as correspondentes rendas de realização futura e/ou as provisões para perdas.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "pro-rata") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

2.12. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

2.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos.

O Grupo reconhece a receita conforme descrição a seguir:

a. Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

As receitas com os instrumentos financeiros são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Essas receitas compreendem substancialmente as seguintes operações:

- Operações de crédito;
- Operações em moeda estrangeira;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários; e
- Operações com instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de prestação de serviços

• Reconhecimento de receitas com prestação de serviço

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento abaixo.

• Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos – Sales & Trading	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulados em contratos as datas de pagamentos.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobrados pelos serviços prestados.

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Assessoria e consultoria financeira – Investment Banking	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, <i>joint ventures</i> e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação dos negócios.

2.14. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLL") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Para a Controladora e demais empresas, exceto o BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e BR Partners Gestão de Recursos Ltda. ("Gestão de Recursos"), o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Para o Banco a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Em 14 de julho de 2021 foi promulgada a Lei 14.183, que alterou a Lei 7.689/88, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro, passando a vigorar com alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021. Não houve impactos significativos da majoração no contexto consolidado das demonstrações financeiras.

Para a Gestão de Recursos, utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.16. Estimativa do valor justo

A Companhia contabiliza ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

a. Classificação contábil e valores justos

i. Controladora

Ativo	Ativos financeiros a custo						
	VJR	amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2021
Caixa e equivalentes de caixa	–	5	5	–	–	–	–
Total	–	5	5	–	–	–	–

Ativo	Ativos financeiros a custo						
	VJR	amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2020
Caixa e equivalentes de caixa	–	1.092	1.092	–	–	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	–	28.786	28.786	–	–	–	–
Total	–	29.878	29.878	–	–	–	–

ii. Consolidado

Ativos financeiros	Ativos financeiros a custo							
	VJR	VJORA	amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total 2021
Títulos públicos								
- Letras financeiras do tesouro (LFTs)	131.611	–	–	131.611	131.611	–	–	131.611
- Letras do tesouro nacional (LTNs)	49.982	–	–	49.982	49.982	–	–	49.982
- Notas do tesouro nacional (NTNs)	1.622.224	–	–	1.622.224	1.622.224	–	–	1.622.224
Derivativos								
- SWAP	87.253	–	–	87.253	–	87.253	–	87.253
- NDF (<i>non-deliverable forward</i>)	41.024	–	–	41.024	–	41.024	–	41.024
- Futuros	21.575	–	–	21.575	21.575	–	–	21.575
Títulos privados								
- Certificados de recebíveis imobiliários	260.126	147.589	–	407.715	–	407.715	–	407.715
- Certificados de recebíveis do agronegócio	15.823	83.170	–	98.993	–	98.993	–	98.993
Cotas de fundo de investimento								
- Cotas de fundo de investimento em participações ⁽¹⁾	87.323	–	–	87.323	–	–	87.323	87.323
- Cotas de fundo de investimento imobiliário	125.332	–	–	125.332	125.332	–	–	125.332
- Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	26.834	26.835	–	53.669	–	53.669	–	53.669
- Debêntures	49.489	–	–	49.489	–	49.489	–	49.489
Operações de crédito	–	–	56.823	56.823	–	–	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado								
- Serviços a receber	–	–	19.667	19.667	–	–	–	–
- Reembolso de clientes	–	–	335	335	–	–	–	–
- Outros	–	–	4.743	4.743	–	–	–	–
Outros ativos financeiros	71.300	–	–	71.300	–	71.300	–	71.300
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	94.132	94.132	–	–	–	–
Total	2.589.896	257.594	175.700	3.023.190	1.950.724	809.443	87.323	2.847.490
Passivos financeiros								
- Recursos de clientes	–	–	671.744	671.744	–	–	–	–
- Recursos de emissão de títulos	–	–	59.177	59.177	–	–	–	–
- Recursos de instituições financeiras	–	–	1.228.129	1.228.129	–	–	–	–
Derivativos								
- SWAP	11.357	–	–	11.357	–	11.357	–	11.357
- NDF (<i>non-deliverable forward</i>)	21.566	–	–	21.566	–	21.566	–	21.566
- Futuros	37.555	–	–	37.555	37.555	–	–	37.555
Total	70.478	–	1.959.050	2.029.528	37.555	32.923	–	70.478

continua ...





BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo financeiro	Ativos financeiros a custo				Total 2020		
	VJR	amortizado	Total	Nível 1		Nível 2	Nível 3
Títulos públicos							
- Letras financeiras do tesouro (LFTs)	53.788	-	53.788	53.788	-	53.788	
- Letras do tesouro nacional (LTNs)	97.674	-	97.674	97.674	-	97.674	
Títulos privados							
- Certificados de recebíveis imobiliários	211.095	-	211.095	211.095	-	211.095	
- Cédula de crédito imobiliário	44.865	-	44.865	44.865	-	44.865	
Cotas de fundo de investimento							
- Cotas de fundo de investimento em participações (1)	70.121	-	70.121	-	70.121	70.121	
- Cotas de fundo de investimento Imobiliário	62.806	-	62.806	62.806	-	62.806	
Derivativos							
- Swap	18.883	-	18.883	18.883	-	18.883	
- NDF (non-deliverable forward)	18.580	-	18.580	18.580	-	18.580	
- Futuros	627	-	627	627	-	627	
Operações de crédito		28.802	28.802	-	-	-	
Outros ativos financeiros ao custo amortizado							
- Câmbio	-	28.095	28.095	-	-	-	
- Serviços a receber	-	22.342	22.342	-	-	-	
- Reembolsos de clientes	-	4.236	4.236	-	-	-	
- Outros	-	2.129	2.129	-	-	-	
- Caixa e equivalentes de caixa	-	47.104	47.104	-	-	-	
Total	578.439	132.708	711.147	214.895	293.423	70.121	578.439
Passivos financeiros							
- Recursos de clientes	-	251.779	251.779	-	-	-	-
- Recursos de emissão de títulos	-	7.021	7.021	-	-	-	-
- Outros passivos financeiros	-	29.616	29.616	-	-	-	-
Derivativos							
- Swap	9.121	-	9.121	9.121	-	9.121	-
- NDF (non-deliverable forward)	5.181	-	5.181	5.181	-	5.181	-
- Futuros	1.155	-	1.155	1.155	-	1.155	-
Total	15.457	288.416	303.873	1.155	14.302	15.457	

(1) Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi emitido Laudo de Avaliação, por empresa especializada e, também, através de avaliação interna, com o objetivo de suportar a avaliação da Administração em respeito ao valor de mercado dos empreendimentos. Foi adotado como metodologia o fluxo de caixa descontado para a determinação do valor justo dos investimentos. A Companhia detém 29% de participações no Fundo que tem por objetivo obter rendimentos através de investimentos de longo prazo, mediante a aplicação de recursos que exerçam atividades relacionadas ao setor de centros comerciais (shopping center) da categoria outlet. Em relação ao BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a Companhia entende que o montante registrado, referente a aquisição ocorrida em 07 de dezembro de 2021, reflete o valor justo das cotas para 31 de dezembro de 2021.

b. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados)	Títulos públicos: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos públicos consiste em capturar as taxas e curvas divulgadas pelo mercado para cada vencimento de título público, obtendo assim o <i>MTM (Mark to Market)</i> ao multiplicar pela quantidade existente em carteira. Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o <i>MTM</i> trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.	Não aplicável	Não aplicável
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado - Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimento, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).
Instrumentos financeiros derivativos (SWAP, NDF)	Modelos de SWAP: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de SWAP, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar SWAPs de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de <i>Credit Default Swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados. SWAP fluxo de caixa: o valor justo (<i>MTM</i>) corresponderá ao somatório dos <i>MTMs</i> de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também o saldo remanescente em substituição ao principal. NDF: O produto <i>NDF (Non Deliverable Forward)</i> , ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto. O valor justo de uma <i>NDF</i> é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.	Não aplicável	Não aplicável

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Instrumentos financeiros derivativos (Opções)	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apremamento do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício no caso de opção de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção <i>in-the-money</i> possui valor intrínseco. • Valor temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i. Opção <i>in-the-money</i> (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção <i>at-the-money</i> (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para opção de compra e venda; iii. Opção <i>out-of-the-money</i> (fora do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador o que decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa do pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.	Não aplicável	Não aplicável

c. Instrumentos financeiros base para mensuração ao valor justo - Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado - Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimento, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).

d. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2021 e 2020.

	VJR - Cotas de fundos de investimentos em participações (Outlet)	VJR - Cotas de fundos de investimento em participações (Pet)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	59.292	-	59.292
Variação líquida no valor justo	10.829	-	10.829
Saldo em 31 de dezembro de 2020	70.121	-	70.121
Variação líquida no valor justo	5.212	-	5.212
Aquisição de cotas	-	11.990	11.990
Saldo em 31 de dezembro de 2021	75.333	11.990	87.323

e. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. Dada a subjetividade descrita acima e o pequeno número desses instrumentos na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade é executada individualmente para cada instrumento financeiro.

f. Demais instrumentos financeiros

A Companhia avaliou que as cotas a receber de clientes, partes relacionadas a receber e a pagar, fornecedores, e outros ativos e passivos são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

2.17. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização é praticamente certa. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas, quando aplicável.
- Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. Os registros de processo judicial de natureza ativa e passiva no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 21 (b).

3. Gestão de riscos financeiros

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros e esses riscos são divididos em: mercado, crédito e liquidez. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners.

Estes riscos estão concentrados nas atividades do Banco de Investimento, onde a governança de riscos conta com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos ("ALCO") e Comitê de Underwriting, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos.

Diariamente são apuradas e apresentadas várias métricas de riscos, tais como, *VaR (Value at Risk)*, *Stress Test*, exposições por tipo de ativos e fatores de risco, relatórios regulatórios e controle de resultados. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos.

A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Presidência, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

3.1.1 Risco de Mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devidas às flutuações adversas dos preços e taxas de mercado, sobre as posições da carteira do Grupo.

A Política de Risco de Mercado, anualmente revisada, define a estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Esta política indica os princípios gerais do gerenciamento do risco de mercado e tem como objetivo estabelecer a tolerância das exposições, de modo a efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição ao risco de mercado.

As principais fontes de risco de mercado são, substancialmente, oriundas de: juros pré-fixados, juros em moeda estrangeira, juros reais, câmbio, inflação, ações, commodities e suas volatilidades. O monitoramento utiliza, principalmente, as seguintes métricas: exposição por fator de risco, *DV01*, gregas (*greesks*), *Value at Risk* ("VaR") e *Stress Test*.

Dentre as principais métricas de risco de mercado, destaca-se o *VaR*, que é definido como sendo a pior perda esperada em dado horizonte de tempo (126 observações, dado a aplicação do *Exponentially Weighted Moving Average* ("EWMA")) e relacionado a um intervalo de confiança (99%). Na tabela abaixo observa-se os valores de *VaR* da carteira *trading* continua ...





BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (valores em BRL):

	2021	2020
Apresentação dos valores de VaR (no ano)		
VaR Fechamento	1.214.659	66.517
-Média VaR	381.264	47.105
-Máximo VaR	2.083.855	205.850
-Mínimo VaR	60.456	8.655

a. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características, na carteira de não negociação (*Banking*), ou na carteira de negociação (*Trading*). Para a carteira *trading* (Carteira de Negociação), utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o VaR conforme apresentado anteriormente (126 observações, dado a aplicação do EWMA) e relacionado a um intervalo de confiança (99%).

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Banco. A carteira *banking* utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco.

A análise de sensibilidade para a carteira *banking* tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. Dada a subje-

i. Carteira trading:

Exposição	Fatores de risco	2021			2020		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	1	35	71	214	5.527	10.316
Índice de preços	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de índices de preços	2	52	105	1	17	34
Cupom cambial	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	1	24	48	3	68	136
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	1	21	41	3	68	137
Total sem correlação		5	132	265	221	5.680	10.623
Total com correlação		5	132	265	214	5.340	10.681

ii. Carteira banking:

Exposição	Fator de Risco	2021			2020		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(55)	(691)	(1.382)	(35)	(863)	(1.726)
Índice de preços	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de índices de preços	(143)	(1.785)	(3.570)	-	-	-
Cupom cambial	Exposições sujeitas às variações de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	-	-	-	(1)	(34)	(68)
Total		(198)	(2.476)	(4.952)	(36)	(897)	(1.794)

b. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo, destaca-se que os valores abaixo estão em reais e podem ser diferentes dos números apresentados pelo contábil devido a regras de contabilização conterem divergências das regras de exposição gerencial (valores em BRL):

Exposição em Moedas Estrangeiras	2021			2020		
	R\$ (Real)	US\$ (Dólar)	€ (Euro)	R\$ (Real)	US\$ (Dólar)	€ (Euro)
Derivativos						
SWAP	(48.286)	48.286	-	43.617	(43.617)	-
NDF	208.849	(208.849)	-	175.123	(174.436)	(687)
Futuros	(118.658)	120.240	(1.582)	(193.895)	196.273	(2.378)
Total	(4.423)	1.222	3.201	(4.588)	169	4.419

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do exercício não apresentaria nenhuma variação significativa em reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

Também não haveria nenhuma variação significativa em reais no lucro líquido do exercício, caso o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao Euro, em decorrência da exposição líquida não significativa.

3.1.2. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O risco de crédito pode ser segregado, principalmente, em risco de: liquidação, reposição, concentração, falha de garantia, exposição potencial futura para derivativos.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

O Risco de Crédito é monitorado utilizando, principalmente, as seguintes métricas:

- Exposição potencial futura para derivativos;
- Exposição corrente de crédito (valor presente das operações);
- Enquadramento nos limites de risco de crédito, tanto individuais e consolidados; e
- Concentração da carteira, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica.

O risco de crédito do Grupo decorre das operações estruturadas como Debêntures, Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") e também de fianças bancárias. Adicionalmente, a fim de oferecer proteção de caixa para os fluxos dos clientes, a Companhia também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e à Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O critério adotado para a inadimplência parte da análise inicial da qualidade de crédito da contraparte, estimando um *rating* para o cliente, o limite a ser concedido ao cliente e as garantias que serão exigidas de acordo com o risco que o cliente representa e com base nestes dados são estimadas as perdas decorrentes de inadimplência daquele contraparte.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	Consolidado	
	2021	2020
Reversão (perda) por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ao custo amortizado	76	(359)
Total	76	(359)

A Companhia avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente na data do relatório, com relação aos contratos com cliente. Para os títulos privados, o Grupo avaliou o risco de crédito e concluiu que a perda por redução do valor recuperável é de R\$ 2.441 para os próximos 12 meses. No nível da controladora não há nenhum saldo a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

a. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

i. Exposição ao risco de crédito

Caixa e equivalentes de caixa – conta corrente e depósitos bancários de curto prazo ⁽¹⁾	Controladora	
	2021	2020
AAA	1	2
A+	4	1.090
Total	4	5

tividade descrita acima na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade da carteira *banking* não é executada de forma sistemática, esses instrumentos são tratados individualmente.

Para analisar a sensibilidade foram definidos cenários que serão aplicados nas operações contidas na carteira *trading* e *banking*, considerando as variações que afetariam negativamente nossas posições, as operações e os dados de mercado das respectivas datas. Destaca-se ainda, que dadas as projeções observadas no mercado ("Focus"), o cenário mais provável considerado pela Companhia será o cenário 1.

Os choques utilizados em cada um dos cenários estão descritos abaixo:

- Cenário 1: Choque de 1% nas volatilidades das séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 5,5045, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 8,91%;
- Cenário 2: Choque de 25% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 25 pontos base para taxa de juros e 25% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 6,8125, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,15%; e
- Cenário 3: Choque de 50% nas séries e curvas de mercado, ou seja, com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 50 pontos base para taxa de juros e 50% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,45 foi utilizado um cenário de R\$ 8,175, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,90% foi aplicado um cenário de 9,40%.

ii. Composição por estágio dos ativos financeiros

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de "rolagem" com base na probabilidade de um valor a receber segregadas por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa total da operação.

O Grupo registra as perdas de crédito esperadas em seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em classificações por 3 estágios, sendo o primeiro referente às perdas esperadas pelo período de 12 meses e os demais por toda a vida da operação.

Na avaliação do modelo de perdas esperadas, foram adotados critérios para caracterizar *default* e aumento significativo de risco de crédito. Foram levados em consideração o procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos; as características de risco de crédito das operações; sua taxa histórica de inadimplência; estimativas futuras de perdas e indicadores aplicáveis à área de atuação.

A BR Partners adota 90 dias de atraso para o critério de *default*. Quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Essa variação do nível de risco é dada pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito.

A qualidade de crédito de cada cliente é avaliada de forma julgamental, baseada em fatores qualitativos e quantitativos, incluindo o perfil de risco do negócio e financeiro da empresa, setor de atuação e desempenho econômico-financeiro. Além disso, leva em consideração informações prospectivas, a estrutura da operação e suas garantias, entre outros aspectos.

A classificação dos ativos financeiros é realizada por estágios, da seguinte forma:

Estágio 1 – São estabelecidas as perdas de crédito esperadas para o máximo de 12 meses, assim que um ativo financeiro é originado ou adquirido. Este estágio se aplica aos ativos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito e sem problemas de recuperação de crédito.

Estágio 2 – Perdas de crédito esperadas ao longo de toda a vida do instrumento financeiro. Este estágio se aplica aos ativos financeiros com aumento significativo no risco de crédito em relação ao momento que foram originados, mas que ainda não são considerados com problemas de recuperação.

Estágio 3 – Perdas permanentes de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de crédito: Aplicável aos ativos financeiros considerados com problemas de recuperação de crédito devido à ocorrência de um ou mais eventos que impactam os seus fluxos de caixa futuros estimados. Na hipótese de aquisição de ativos financeiros com problemas de recuperação, tais ativos se enquadram nesse estágio.

Um ativo financeiro poderá migrar de estágio se apresentar deterioração significativa do nível de risco de crédito. Na hipótese de melhora do risco de crédito em estágio subsequente, com uma reversão do risco significativo detectado anteriormente, o ativo poderá voltar para o estágio anterior, caracterizando o processo de cura, a menos que seja um ativo adquirido com problemas de recuperação de crédito na origem.

iii. Análise dos estágios:

	2021			
	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3
Cédula de crédito imobiliário	42.280	-	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários	149.395	(1.806)	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio	83.588	(418)	-	-
Cotas de fundo de investimento em direitos creditórios	26.835	-	-	-
Debêntures	48.606	(117)	-	-
Operações de crédito	14.643	(100)	-	-
Total	365.347	(2.441)	-	-

	2020			
	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3
Cédula de crédito imobiliário	44.865	-	-	-
Certificados de recebíveis imobiliários	211.835	(740)	-	-
Operações de crédito	28.952	(150)	-	-
Total	285.652	(890)	-	-

3.1.3 Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As principais fontes de risco de liquidez do Grupo são:

- Aumento do requerimento de depósito de margens ou garantias em câmara de compensação;
- Possível restrição na venda de ativos que são considerados líquidos, em condições normais de mercado, mas que perdem esse *status*, por exemplo, devido a estresse agudo nos mercados ou possível problema com a capacidade financeira do emissor;
- Possível desvalorização substancial no valor de mercado de ativos considerados líquidos;
- Possíveis perdas devido ao risco de mercado; e
- Possíveis perdas ou atrasos devido ao não recebimento do montante financeiro esperado, na data contratada, de operações que têm risco de crédito e/ou risco contraparte.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa da Instituição dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez da mesma. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos a instituição quanto fatores externos.

O caixa do Banco é gerenciado de forma centralizada pela Tesouraria do Banco. O controle do risco de liquidez no BR Partners é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e também a aplicação de cenários de *stress* nas condições de liquidez do Banco.

Ativos financeiros ao valor justo no resultado	Consolidado	
	2021	2020
AAA	1576.319	151.462
AA	61.614	70.121
A	177.999	-
B	85.824	211.095
C	26.834	-
Contrapartes sem classificação externa de crédito ⁽²⁾	200.665	107.671
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
AAA	20.992	-
A	164.745	-
B	45.022	-
C	26.835	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	4	
Contrapartes sem classificação externa de crédito ⁽²⁾	60.287	33.111
Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	4	
AAA	33.846	108
BBB-	-	13.885
Contas a receber e outros ativos financeiros	7	
AA	46.904	6.397
A	-	14.956
B	9.903	7.449
Contrapartes sem classificação externa de crédito ⁽²⁾	52.011	56.802
Total	2.589.800	673.057

⁽¹⁾ Os *ratings* foram baseados na avaliação de mercado pela S&P – Standard & Poor's Financial Services LLC.

⁽²⁾ Independentemente da classificação externa de crédito da empresa, a Área de Crédito efetua a avaliação do *rating* interno do cliente com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. O Grupo avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos: i) perfil de negócios e financeiro da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; iv) estrutura da operação e suas garantias; e v) entre outros aspectos.

Passivos financeiros

	Total contábil	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	Total 2021
Fornecedores	53.244	53.244	-	-	-	53.244
Recursos de clientes	671.744	99.464	609.460	255.406	-	964.330
Recursos de emissão de títulos	59.177	-	20.642	44.824	4.032	69.498
Recursos de instituições financeiras	1.228.129	1.228.129	-	-	-	1.228.129
Derivativos						
SWAP	11.357	1.603	92	10.724	-	12.419
NDF	21.566	15.332	393	11.541	-	27.266
Futuros	37.555	18.245	20.695	2.356	-	41.296
Total	2.082.772	1.416.017	651.282	324.851	4.032	2.396.182

Passivos financeiros

	Total contábil	3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos	Total 2020
Fornecedores	3.682	3.682	-	-	-	3.682
Recursos de clientes	252.869	62.531	106.694	93.417	47	262.690
Recursos de emissão de títulos	7.021	2.693	30	-	5.001	7.724
Outros passivos financeiros	29.616	29.616	-	-	-	29.616
Passivo de arrendamento	1.463	147	442	887	-	1.476
Derivativos						
SWAP	9.121	-	-	-	10.610	10.610
NDF	5.181	3.423	1.433	390	-	5.246
Futuros	1.155	663	314	25	170	1.172
Total	310.108	102.756	108.913	94.719	15.828	322.215

continua ...



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadão.estadao.com.br/publicacoes/>



BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Gestão de capital

O planejamento de capital dentro do Grupo é de fundamental importância para a execução do planejamento estratégico, onde se busca a melhor distribuição para as linhas de negócio com a posterior otimização do capital utilizado.

O processo é baseado conforme a natureza das operações, complexidade dos produtos e à disposição do Grupo aos riscos incorridos e requerimento de capital. A gestão de capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do capital seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico. O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do patrimônio de referência mínimo requerido de 9,25%.

O Conglomerado Prudencial do Grupo BR Partners, conforme determinado no artigo 1º da Resolução nº 4.280/13, é composto pelas seguintes empresas: BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") e pelos fundos de investimento Total Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior – Crédito Privado ("Total FIM") e BR Partners Capital ("BR Capital"). O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apurado com base no Conglomerado Prudencial é:

	2021	2020
Patrimônio de referência	632.783	247.748
Patrimônio de referência nível I	632.783	247.748
Capital principal	632.783	247.748
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.834.927	626.331
Risco de Crédito	874.706	311.285
Risco de Mercado	850.558	223.042
Risco Operacional	109.663	92.004
Índice de Basileia	34,49%	39,56%
Nível I (IN1)	34,49%	39,56%
Capital principal (ICP)	34,49%	39,56%

3.3 Pandemia – COVID-19

Após a declaração de pandemia do COVID-19 por parte da Organização Mundial da Saúde (OMS), as autoridades elaboraram e executaram medidas para contenção de circulação, aglomerações de pessoas e normas para o funcionamento dos serviços essenciais e não essenciais na tentativa de conter a disseminação do vírus. Esse grave cenário trouxe inúmeras situações adversas para a vida das pessoas e para os negócios.

As instituições reguladas pelo Banco Central possuem plano de contingência definido pela regulação, no entanto, este não atendia a totalidade das medidas necessárias para adequar as normas das autoridades.

Sendo assim, as instituições foram obrigadas a elaborar novos processos para este tipo de evento, seguem abaixo as medidas tomadas pela BR Partners:

- Criação do Grupo de Trabalho para definição dos processos de contingência para COVID-19 contando com a participação da diretoria, do *Chief Risk Officer* ("CRO"), das áreas de Riscos e Compliance;
- Disponibilização de álcool em gel, máscaras e intensificação das medidas de higiene para todas as estações de trabalho e pontos de grande circulação (Copa, Salas de Reunião, etc.);
- Disponibilização de *Home Office* para toda a Instituição;
- Antecipação da campanha de vacinação para gripe; e
- Criação de uma nova classificação de Risco Operacional (R.O. COVID-19) para tratamento específico dos eventos ocorridos durante o período de pandemia. O processo definido pela BR Partners está sendo aprimorado diariamente, adaptando-o às novas regras do regulador que são atualizadas frequentemente e às normas das autoridades.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	2021	2020
Bancos – conta corrente e caixa ⁽¹⁾	1	2
Certificado de depósitos bancários ⁽²⁾	4	1.090
Total	5	1.092
	Consolidado	
	2021	2020
Bancos – conta corrente e caixa ⁽¹⁾	3.608	15
Reservas livres	1.387	93
Disponibilidades em moedas estrangeiras ⁽¹⁾	60.287	33.111
Aplicações em compromissadas ⁽³⁾	28.851	13.885
Total	94.133	47.104

⁽¹⁾ Os saldos de recursos em bancos são registrados pelos valores depositados no Banco Itaú S.A., Bradesco Cayman, J.P. Morgan N.Y e J.P. Morgan Frankfurt.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de aplicações financeiras refere-se a Certificados de Depósitos Bancários mantido no BR Partners Banco de Investimento S.A. com remuneração de 100% do CDI com liquidez imediata (Nota 8).

⁽³⁾ Em 31 de dezembro de 2021 as aplicações compromissadas estavam com data de revenda para o dia 3 de janeiro de 2022 e 4 de janeiro de 2021, respectivamente.

5. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

	Consolidado	
	2021	2020
Títulos públicos ⁽³⁾	1.803.817	151.462
Letras financeiras do tesouro	131.611	53.788
Letras do tesouro nacional	49.982	97.674
Notas do tesouro nacional	1.622.224	–
Títulos privados	325.438	255.960
Certificados de recebíveis imobiliários ⁽⁴⁾	260.126	211.095
Cédula de crédito imobiliário ⁽⁵⁾	–	44.865
Certificados de recebíveis do agronegócio ⁽⁶⁾	15.823	–
Debêntures ⁽⁹⁾	49.489	–
Cotas de fundo de investimento	239.489	132.927
Cotas de fundos de investimento imobiliário ⁽⁸⁾	125.332	62.806
BR Partners <i>Outlet Premium</i> Fundo de Investimento em Participações ⁽¹⁾	75.333	70.121
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios ⁽⁷⁾	26.834	–
Cotas de fundos de investimento em participações ⁽²⁾	11.990	–
Total	2.368.744	540.349

b. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Consolidado	
	2021	2020
Títulos privados		
Certificados de recebíveis imobiliários ⁽⁴⁾	147.589	–
Certificado de recebíveis do agronegócio ⁽⁶⁾	83.170	–
Cotas de fundo de investimento		
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios ⁽⁷⁾	26.835	–
Total	257.594	–

⁽¹⁾ A carteira do BR Partners *Outlet Premium* Fundo de Investimento em Participações é composta substancialmente por ações da BR Partners Bahia Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Rio de Janeiro Empreendimentos Imobiliários S.A., BR Partners Investimentos Imobiliários S.A., BR Partners *Outlet* Brasília S.A. e BR Partners *Outlet Premium* Fortaleza S.A. Os valores das aplicações foram apurados e contabilizados com base em valor justo, mediante emissão de laudo técnico.

⁽²⁾ Em 24 de novembro de 2021, a Companhia adquiriu cotas da BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, e foram classificadas a valor justo por meio do resultado ("VJR"), e reconhecidas inicialmente a valor justo, cujos ganhos e perdas são registrados diretamente no resultado do exercício.

⁽³⁾ Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("SELIC") do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela Anbima.

⁽⁴⁾ Os certificados de recebíveis imobiliários, classificados como valor justo por meio do resultado ("VJR"), estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPC-A ou CDI + taxa de juros prefixadas

e são reconhecidos inicialmente a valor justo, cujos ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

⁽⁵⁾ A cédula de crédito imobiliário está registrada na B3 – Brasil Bolsa Balcão, cuja valorização é efetuada por IPC-A + taxa de juros prefixada.

⁽⁶⁾ Os certificados de recebíveis do agronegócio estão na Central de Custódia e de Liquidação Financeiras de Títulos (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), cuja valorização é efetuada por IPC-A ou CDI + taxas de juros prefixadas e são reconhecidos inicialmente a valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

⁽⁷⁾ As cotas de fundo de investimento em direitos creditórios foram classificadas de acordo com o modelo de negócios da Companhia, sendo determinada quantidade classificada ao valor justo por meio do resultado ("VJR") e, as cotas remanescentes, classificadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"). São reconhecidas inicialmente pelo valor justo, cujos ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, respectivamente.

⁽⁸⁾ Os fundos de investimentos imobiliários são listados e registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão classificados ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

⁽⁹⁾ As debêntures de infraestrutura foram adquiridas no decorrer do exercício de 2021, estão registradas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e estão classificadas ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), sendo remuneradas a 100% do IPCA.

6. Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição por indexador

	2021		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
SWAP	87.253	(11.357)	3.135.838
IPC-A x CDI	14.982	–	150.000
CDI x Dólar	29.759	(1.056)	507.428
CDI x IPC-A	40.110	(10.301)	2.278.410
Dólar x CDI	2.402	–	200.000
NDF	41.024	(21.566)	1.870.045
Dólar x Pré	10.176	(10.745)	912.877
Pré x Dólar	13.149	(10.449)	872.069
Termo <i>Commodities</i>	17.699	(372)	85.099
Futuros	21.575	(37.555)	439.672
Posição comprada	853	(17.851)	2.189.800
DAP	304	(433)	656.787
DDI	–	(5.691)	276.751
DI1	532	(8)	488.761
WDO	–	(11.719)	610.228
DOL	17	–	157.273
Posição vendida	20.722	(19.704)	(1.750.128)
DAP	–	(54)	(22.329)
DDI	5.646	–	(271.803)
DI1	7	(5)	(626.379)
WDO	1	–	(1.292)
DOL	15.068	–	(744.998)
<i>Commodities</i>	–	(19.645)	(83.327)
Total	149.852	(70.478)	5.445.555

	2020		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal
SWAP	18.883	(9.121)	453.487
IPC-A x CDI	18.644	–	150.000
CDI x Dólar	–	(9.121)	208.487
CDI x IPC-A	239	–	95.000
NDF	18.580	(5.181)	566.291
Dólar x Pré	10.512	(1.842)	164.342
Pré x Dólar	5.732	(2.646)	356.213
Pré x Euro venda	–	(23)	1.555
Termo <i>Commodities</i>	2.336	(670)	44.181
Futuros	627	(1.155)	18.369
Posição comprada	299	(955)	647.019
DAP	81	–	82.072
DDI	19	(409)	164.444
DI1	164	(2)	210.142
WDO	35	(32)	51.804
DOL	–	(512)	138.557
Posição vendida	328	(200)	(628.650)
DAP	67	(108)	(272.156)
DDI	261	–	(85.188)
DI1	–	(42)	(202.450)
DOL	–	(50)	(68.856)
Total	38.090	(15.457)	1.038.187

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	2021			
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Ajuste de risco de crédito	Valor de mercado
Ativo				
SWAP	27.980	59.713	(440)	87.253
NDF	35.358	5.269	397	41.024
Futuros	21.575	–	–	21.575
Total	84.913	64.982	(43)	149.852
Passivo				
SWAP	(23.486)	12.129	–	(11.357)
NDF	(19.228)	(2.279)	(59)	(21.566)
Futuros	(37.555)	–	–	(37.555)
Total	(80.269)	9.850	(59)	(70.478)

	2020			
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Ajuste de risco de crédito	Valor de mercado
Ativo				
SWAP	9.167	9.716	–	18.883
NDF	19.890	(1.134)	(176)	18.580
Futuros	627	–	–	627
Total	29.684	8.582	(176)	38.090
Passivo				
SWAP	(2.514)	(6.607)	–	(9.121)
NDF	(6.124)	943	–	(5.181)
Futuros	(972)	(183)	–	(1.155)
Total	(9.610)	(5.847)	–	(15.457)

c. Composição por vencimentos

	2021				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
SWAP	–	–	6.358	80.895	87.253
NDF	16.592	17.836	6.596	–	41.024
Futuros	17.350	458	1.795	1.972	21.575
Total	33.942	18.294	14.749	82.867	149.852
Passivo					
SWAP	(1.052)	–	(375)	(9.930)	(11.357)
NDF	(12.995)	(8.571)	–	–	(21.566)
Futuros	(35.312)	(343)	(1.244)	(656)	(37.555)
Total	(49.359)	(8.914)	(1.619)	(10.586)	(70.478)

	2020				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
SWAP	–	–	237	18.646	18.883
NDF	6.396	11.287	897	–	18.580
Futuros	202	164	99	162	627
Total	6.598	11.451	1.233	18.808	38.090

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Passivo					
SWAP	–	–	–	(9.121)	(9.121)
NDF	(3.394)	(1.406)	(381)	–	(5.181)
Futuros	(657)	(308)	(24)	(166)	(1.155)
Total	(4.051)	(1.714)	(405)	(9.287)	(15.457)

d. Garantias

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 5.901 em 2021 (R\$ 4.694 em 2020).

e. Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O Grupo utiliza relações de *hedge* do tipo de *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações prefixadas reconhecidas no BR Partners Banco de Investimento S.A., operando com contratos futuros de DI, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Grupo determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido.

Considerando que o Grupo optou em continuar utilizando os requerimentos estabelecidos pelo IAS 39 (*IFRS 9* – parágrafo BC6.104), as operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "dollar offset method", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

	2021			
	Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge ⁽¹⁾	
	Valor contábil	Variação no valor justo reconhecida no resultado	Valor nominal	Variação no valor justo utilizada para calcular a inefetividade do Hedge
Estratégia				
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de				
Captações ⁽²⁾	88.215	86.961	1.254	86.241
Total	88.215	86.961	1.254	



BR PARTNERS

BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Consolidado

	Coligadas e Pessoal chave da controladas ⁽²⁾		Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	
	2021	2020	2021	2020
Ativo(Passivo)				
Valores a receber	-	4	23.207	4
Cotas de fundos em participações ⁽⁸⁾	87.323	70.121	-	-
Certificado de depósito bancários ⁽⁹⁾	(9.821)	-	(505)	(899)
Letras de crédito imobiliário ⁽¹⁰⁾	-	-	(5.774)	(7.021)
Dividendos a pagar sociedades ligadas ⁽⁶⁾	(15.034)	(12.340)	-	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos ⁽⁷⁾	(28.070)	(1.623)	-	-
Total	34.398	56.162	16.928	(7.916)
Resultado				
Receita de aplicação em fundo de investimento ⁽⁸⁾	2.701	8.330	-	-
Despesas de juros ⁽⁹⁾	(439)	-	-	-
Total	2.262	8.330	-	-

(1) Empresas integrantes do Grupo BR Partners.

(2) Empresas integrantes do Grupo BR Partners, BR Partners *Outlet Premium* Fundo de Investimento em Participações, BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

(4) Referem-se, substancialmente, a valores a receber provenientes de contrato de empréstimo de ações formalizado com os atuais acionistas da Companhia, no montante de R\$ 23.207 em 2021 (R\$ 0 em 2020) e dividendos a receber de controladas no montante de R\$ 21.278 em 2021 (R\$ 28.786 em 2020).

(5) Refere-se a aplicações financeiras realizada pela Companhia na controlada indireta BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento em 12 de julho de 2024, remunerado a 100% do DI.

(6) Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório a pagar aos acionistas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(7) Refere-se a obrigações a pagar referente a compra de quotas e manutenção de ações em tesouraria.

(8) BR Partners *Outlet Premium* Fundo de Investimento em Participações e BR Partners Pet Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

(9) Representado por captações feitas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa varia entre 93% a 100% do DI + 1% a.a. (93% a 100% do DI em 2020).

(10) Representado por captações realizadas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A., com vencimento até maio de 2028 à taxa variável de 100% a 105% do DI + 1% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

c. Remuneração do pessoal-chave

	Consolidado	
	2021	2020
Pró-labore	3.478	2.742
Encargos sociais	696	548
Diretor empregado	348	153
Encargos sociais	97	43
Total	4.619	3.486

O pessoal-chave da Administração é representado pela diretoria estatutária da BRAP que, além dos dividendos decorrentes de suas participações na BR Partners Holdco Participações S.A., recebem uma remuneração pelos serviços prestados na Companhia, que é registrada em "Despesas Administrativas". Os diretores da BRAP controlam 100% das ações com direito a voto da Companhia. Adicionalmente, existem outros profissionais que também são acionistas da Companhia.

9. Investimentos em controladas

a. Controlada direta

• BR Advisory Partners Participações S.A.

A BR Advisory Partners Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios. Seu controlador direto era a BR Partners Holdco Participações

i. Balanço patrimonial sintético

	Controladas													
	Direta				Indiretas									
	BR Advisory Partners Participações S.A.		BR Partners Banco de Investimento S.A.		BR Partners Assessoria Financeira Ltda.		BR Partners Assessoria de Mercados e Dívidas Ltda.		BR Partners Gestão de Recursos Ltda.		BR Partners Participações Financeiras Ltda.		BR Partners Europe B.V.	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Circulante														
Ativo	174.703	84.381	2.529.743	554.943	147.530	70.375	188	194	7.040	6.190	973	230	9.031	34.952
Passivo	(43.064)	(46.353)	(1.860.721)	(228.538)	(146.860)	(69.705)	(1)	-	(5.040)	(4.190)	(219)	-	(405)	(25.583)
Ativo circulante líquido	131.639	38.028	669.022	326.405	670	670	187	194	2.000	2.000	754	230	8.626	9.369
Não circulante														
Ativo	650.380	265.931	387.041	117.250	-	-	-	-	-	-	-	638.143	253.317	-
Passivo	(14.814)	(10.214)	(422.421)	(194.838)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo não circulante líquido	635.566	255.717	(35.380)	(77.588)	-	-	-	-	-	-	-	638.143	253.317	-
Patrimônio líquido	767.205	293.745	633.642	248.817	670	670	187	194	2.000	2.000	638.897	253.547	8.626	9.369

ii. Demonstração do resultado sintético

	Controladas													
	Direta				Indiretas									
	BR Advisory Partners Participações S.A.		BR Partners Banco de Investimento S.A.		BR Partners Assessoria Financeira Ltda.		BR Partners Assessoria de Mercados e Dívidas Ltda.		BR Partners Gestão de Recursos Ltda.		BR Partners Participações Financeiras Ltda.		BR Partners Europe B.V.	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receitas	153.404	117.500	2.088.388	514.757	244.834	176.990	7	5	7.159	14.691	38.290	9.259	11	25.525
Lucro antes (prejuízo) do imposto de renda e da contribuição social	136.522	91.567	58.543	11.559	161.322	106.509	(7)	(5)	6.159	12.936	33.047	6.713	(660)	3.194
Despesa de imposto de renda e da contribuição social	2.138	(2.832)	(26.238)	(4.830)	(55.312)	(35.325)	-	(1)	(778)	(1.641)	(217)	-	-	(113)
Lucro (prejuízo) líquido	138.660	88.735	32.305	6.729	106.010	71.184	(7)	(6)	5.381	11.295	32.830	6.713	(660)	3.081

10. Imobilizado

	Vida útil (anos)	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Depreciação	Valor contábil em 31/12/2021
Instalações	10	4.565	126	-	(126)	-
Benefícios em imóveis de terceiros	10	988	634	1.060	(149)	1.545
Equipamentos de informática e telefonia	5	5.451	1.317	2.417	(638)	3.096
Móveis e equipamentos de uso	10	1.672	53	42	(32)	63
Direito de uso de imóvel - adoção do IFRS 16/(CPC 06(R2 + um))	5	3.981	1.464	168	(1.632)	-
Outros	10	113	15	7	(5)	17
Total		16.770	3.609	3.694	(2.583)	4.721
Instalações	10	4.565	880	-	(287)	126
Benefícios em imóveis de terceiros	10	634	-	354	280	634
Equipamentos de informática e telefonia	5	4.865	1.164	586	-	1.317
Móveis e equipamentos de uso	10	1.672	194	-	7	53
Direito de uso de imóvel - adoção do IFRS 16/(CPC 06(R2 + um))	5	5.886	4.667	(1.905)	-	1.464
Outros	10	113	27	-	(12)	15
Total		17.735	6.932	(965)	(2.358)	3.609

11. Ativos intangíveis

	Valor custo	Valor contábil em 31/12/2020	Aquisição/(baixa)	Amortização	Valor contábil em 31/12/2021
Licença de uso de <i>software</i> ⁽¹⁾	4.667	1.068	278	(486)	860
Intangível de vida útil indefinida	4.500	4.500	-	-	4.500
Total	9.167	5.568	278	(486)	5.360
Licença de uso de <i>software</i> ⁽¹⁾	4.190	1.039	477	(448)	1.068
Intangível de vida útil indefinida	4.500	4.500	-	-	4.500
Total	8.690	5.539	477	(448)	5.568

(1) Para os ativos intangíveis de licença de uso, é usado o prazo de amortização fixado em contrato.

12. Valores a pagar

a. Valores a pagar - fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores a pagar ⁽¹⁾	220	133	53.464	3.814
Total	220	133	53.464	3.814

(1) O aumento observado na rubrica consolidada de "Fornecedores a pagar" refere-se, majoritariamente, ao compromisso firme de compra de debêntures (compra a termo) no montante de R\$ 48.091, cuja liquidação ocorreu no dia 3 de janeiro de 2022.

b. Outros valores a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações com manutenção de ações em tesouraria ⁽¹⁾	47.866	8.740	47.866	8.740
Dividendos a pagar ⁽²⁾	15.034	-	32.981	12.341
Obrigações por aquisição de cotas ⁽³⁾	672	1.623	672	1.623
Provisão a pagar despesas de pessoal	-	-	54.685	25.774
Provisão para contingência	-	-	1.468	1.196
Valores a pagar clientes	-	-	635	156
Provisão para garantias de fianças prestadas	-	-	373	399
Resultado de exercício futuro	-	-	565	1.218
Total	63.572	10.363	139.245	51.447

(1) Refere-se a aquisição de ações ao valor pós-fixado de ex-acionistas da Companhia, com vencimentos semestrais até 31 de dezembro de 2023, corrigidas por 98% do CDI.

(2) Trata-se dos dividendos mínimos obrigatórios apurados de acordo com o estatuto social da Companhia, representando 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76.

(3) Refere-se a aquisição de cotas ao valor pós-fixado de ex-cotistas da BR Partners Holdco Participações Ltda. (Incorporada pela Companhia), com vencimentos semestrais até 30 de junho de 2022, corrigidas por 98% do CDI.

13. Passivos financeiros a custo amortizado

a. Recursos de clientes

Representado, no Consolidado, por captações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") com clientes do BR Partners Banco de Investimento S.A. com vencimento até 18 de dezembro de 2023, o quadro a seguir traz o saldo e suas taxas correspondentes:

Títulos	Remuneração a.a.	2021
CDB prefixado ⁽¹⁾	de 3,28% a 11,50%	159.466
IPCA + 0,37% a 4,99%		81.090
de 100% a 140% do DI		228.236
100% DI + 0,88% a 1,61%		182.643
100%		20.306
Total		671.741

Títulos	Remuneração a.a.	2020
CDB prefixado ⁽²⁾	de 3,28% a 8,28%	3.545
CDB pós fixado ⁽²⁾	de 100% DI + 0,91% a 1,48%	26.447
de 100% a 150% do DI		170.544
de 100% do DI + 1,05% a 1,06%		50.099
100% do DI		1.144
Total		251.779

(1) Vencimento em até 30 de setembro de 2024.

(2) Vencimento em até 18 de setembro de 2029.

b. Recursos de acites e emissão de títulos

Representado por captações feitas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A. em Letras de Crédito Imobiliário no valor de R\$ 14.352 em 31 de dezembro de 2021, com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa variável de 100% a 115% do DI + 1% a.a., (R\$ 7.021 em 31 de dezembro de 2020 com vencimento até 9 de maio de 2028 à taxa variável entre 93% a 100% do DI + 1% a.a.) e Letras Financeiras no valor de R\$ 44.825 em 31 de dezembro de 2021, com vencimento até 18 de novembro de 2024 à taxa variável de 100% a 105% do DI + 1,67% a 1,76% a.a. ou IPCA + 5,30% a.a., (não houve saldo em 31 de dezembro de 2020).

c. Recursos de instituições financeiras

Representado por compromissos de recompra celebrados entre a BR Partners Banco de Investimento S.A. e outras instituições financeiras, no montante de R\$ 1.228.129 em 31 de dezembro de 2021 a taxa prefixada de 6,15% a.a. (não houve saldo em 31 de dezembro de 2020). A data de retorno das operações foi fixada para 3 de janeiro de 2022.

d. Outros passivos financeiros

Representado por operações de câmbio feitas pelo BR Partners Banco de Investimento S.A. no montante de R\$ 29.616 em 2020 com vencimento para 4 de janeiro de 2021. Não há posição de câmbio passivo em 31 de dezembro de 2021.

14. Patrimônio líquido

a. Capital social

Na Companhia, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 16.138.031.116 (dezesseis bilhões, cento e trinta e oito milhões, trinta e um mil, cento e dezesseis) ações nominativas e sem valor nominal, totalizando o montante de R\$ 212.735 em 2021. Em 2020, o capital social da Companhia era de R\$ 80.817 dividido em 15.071.729.535 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Outras reservas de lucros referem-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Conforme o Estatuto Social, o exercício social coincidirá com o ano calendário e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço geral e os demonstrativos exigidos por lei, obrigatoriamente auditados por auditores independentes registrados junto à Comissão de Valores Mobiliários.

Do lucro líquido serão deduzidas:

i. uma parcela de 5% (cinco por cento), destinada à constituição da reserva legal a que se refere o artigo 193 da Lei nº 6.404/76;

ii. uma parcela destinada à formação de reservas para contingências, caso necessário, na forma do artigo 195 da Lei nº 6.404/76; e

iii. uma parcela destinada ao pagamento do dividendo obrigatório, equivalente a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente do lucro líquido ficará à disposição da Assembleia Geral, à qual caberá deliberar sobre a sua destinação.

A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou, ainda, correspondentes a períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observadas as disposições legais aplicáveis.

A Assembleia Geral poderá, também, declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base na legislação aplicável.



BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receitas de prestação de serviços

A receita de serviços prestados está substancialmente representada por serviços de consultoria econômica e financeira e de comissões de intermediação de títulos e valores mobiliários pelas empresas do Grupo, conforme abaixo:

	2021	2020
Controladas indiretas		
BR Partners Banco de Investimento S.A.		
Comissões e intermediação e estruturação de títulos	21.621	15.744
BR Partners Assessoria Financeira Ltda.		
Assessoria e consultoria financeira no país	198.484	136.072
Assessoria e consultoria financeira no exterior	-	1.314
BR Partners Gestão de Recursos Ltda.		
Gestão de recursos de terceiros	2.903	2.466
Intermediação de negócios	3.585	10.723
BR Partners Europe B.V.		
Assessoria e consultoria financeira	-	22.960
Receitas de prestação de serviços – líquidas de impostos	226.593	189.279
	2021	2020

Receitas de prestação de serviços – bruta de impostos

Receitas de prestação de serviços – bruta de impostos	262.400	214.806
Total de impostos – PIS/COFINS	(22.779)	(16.013)
Total de impostos – ISS	(13.028)	(9.514)

Receitas de prestação de serviços – líquida de impostos

	226.593	189.279
	2021	2020

16. Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros

Receitas de juros

Ativos financeiros

- Ao valor justo por meio do resultado

Total de receitas de juros

Resultado líquido de juros e ganhos/(perdas) em instrumentos financeiros

Consolidado

2021 2020

Receitas de juros

Rendas de operações de crédito

Descontos concedidos

Rendas de garantias prestadas

Ativos financeiros

- Ao valor justo por meio do resultado

Total de receitas de juros

Despesas de juros

Despesas de captação no mercado aberto

Ajuste positivo de valor de mercado – captação (Objeto de Hedge)

Ativos financeiros

- Ao valor justo por meio do resultado

Total de despesas de juros

Ganhos/(perdas) líquidos de operações em moeda estrangeira

Rendas de câmbio

Despesas de câmbio

Total

Ganhos/(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Rendas em operações com derivativos

TVM – ajuste positivo ao valor de mercado

Despesas em operações com derivativos

TVM – ajuste negativo ao valor de mercado

Total

Resultado líquido de juros e ganhos (perdas) em instrumentos financeiros

2021 2020

116.840 46.757

17. Despesas operacionais

a. Despesas de serviço técnico especializado

Referem-se a despesas com consultorias e assessorias, auditoria e demais serviços da mesma natureza, que apoiam a realização de prestação de serviço de assessoria e consultoria financeira.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas de serviços técnicos especializados	32	32	12.569	17.463
Total	32	32	12.569	17.463

b. Despesas de pessoal

Referem-se a despesas com: funcionários, benefícios, proventos e impostos.

	Consolidado	
	2021	2020
Despesas com pessoal	84.283	48.410
Total	84.283	48.410

c. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas de publicações	279	133		
Despesas tributárias	14	119		
Reversão de despesas administrativas	-	(11)		
Total	293	241		

Despesas comerciais no exterior (2)

Despesas de processamento de dados

Despesas de serviços do sistema financeiro

Despesas de promoções e relações públicas

Despesas com amortização e depreciação

Despesas tributárias

Despesas de comunicações

Despesas de alugueis

Despesas de publicação de balanço

Despesas de serviços de terceiros

Despesas de viagem

Despesas de condomínio

Despesas de manutenção e conservação de bens

Despesas de água, energia e gás

Despesas de serviços de segurança e vigilância

Despesas de transportes

Despesas de material

Outras despesas

Total

Reversão de despesas administrativas (1)

Total

(1) Refere-se a custos com taxas e registros, consultorias e assessorias com a Oferta Pública (IPO), bem como outras despesas administrativas.

(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 671 (R\$ 10.858 em 2020) refere-se a despesas comerciais da empresa do Grupo, BR Partners Europe B.V., relativa a prestação de serviços de comissão e intermediação de negócios.

18. Outras despesas

Os montantes de outras despesas são compostos da seguinte forma para os exercícios:

Impostos e contribuições

Atualização de recompra de ações

Despesas com projetos não ressarcidos

Contingências

Despesas com variação cambial

Outras despesas

Total

2021 2020

3 3.119 4.926

2.325 70 2.325 70

- - 272 226

- - 321 69

- - 133 1.203

2.328 70 6.170 6.982

19. Tributos sobre o lucro

a. A tributação sobre o resultado do exercício está demonstrada a seguir:

Resultado antes do IR e CSLL – deduzido a participações nos lucros

Alíquota (25% de IR e 9% de CSLL)

Adições/Exclusões Permanentes

Adições/Exclusões Temporárias

Adições/Exclusões de resultado de equivalência patrimonial

Prejuízo fiscal

Despesa com IRPJ/CSLL

O montante de crédito tributário não registrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.740 (R\$ 3.891 em 31 de dezembro de 2020), os quais serão registrados quando apresentarem efetiva perspectiva de realização.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Diferenças temporárias

Ajuste a valor justo de ativos financeiros registrados no PL

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Total de ativo fiscal diferido

Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros

Total de passivos diferidos

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

Diferenças temporárias

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Total de ativo fiscal diferido

Obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor justo de ativos financeiros

Total de passivos diferidos

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis para absorver os créditos tributários registrados conforme demonstrado a seguir:

Consolidado

Expectativa de realização

Valor presente

2021 2020 2021 2020

- 12.389 - 10.991

23.649 13 21.571 10

3.084 34 2.566 24

98 - 74 -

587 - 406 -

- - - -

- - - -

40 34 21 13

64 - 30 -

- - - -

632 - 251 -

28.154 12.470 24.919 11.038

O valor presente dos créditos tributários foi calculado considerando a taxa média de captação, sendo o DI de 0,76% ao mês em 2021 (0,23% em 2020). Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

20. Segmentos operacionais

O Grupo possui um segmento reportável em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Esse segmento oferece serviços de bancos de investimentos, que são administrados e gerenciados de acordo com os produtos oferecidos.

O seguinte resumo das linhas de negócio da Companhia descreve os principais serviços prestados pelo segmento reportável da Companhia:

• **Investment Banking – Fusões e aquisições & reestruturações financeiras**

Oferece serviços de assessoria financeira e estratégica em transações de fusões e aquisições, vendas de participações, captação de recursos, parcerias estratégicas, reestruturações societárias e reestruturações financeiras. Desse modo, atua junto ao cliente na preparação dos materiais, levantamento de informações, modelagem financeira, estruturação do negócio, negociação de contratos e aconselhamento de acionistas e da administração em todas as etapas dos processos mencionados.

• **Crédito estruturado & mercado de capitais**

Assessora seus clientes na captação de recursos junto a investidores por meio de instrumentos de dívida. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos de acordo com as necessidades de cada cliente. A área participa ativamente durante todo o processo da estruturação dos instrumentos de dívida, de forma a orientar seus clientes da melhor forma possível.

• **Sales & Trading**

Assessora e executa operações de câmbio, derivativos e fianças junto a seus clientes corporativos e institucionais. Atua na captação de recursos junto a clientes e terceiros utilizando seus produtos de tesouraria como CDBs, LCI/LCA e LFs. A área também é responsável pela gestão de tesouraria e ALM (Asset and Liability Management) e todos os acessos aos diferentes mercados primários de negociação local e internacional.

• Investimentos

Desenvolve novas teses de investimentos líquidos, negocia transações minoritárias, estrutura veículos de investimento, capta recursos de terceiros, aloca capital proprietário, presta serviços de gestão de recursos para os fundos e contribui para a estratégia de desenvolvimento das respectivas teses. Possui relacionamento com grande parte dos family offices brasileiros e base de investidores que comprometem capital de forma recorrente e permitem o acesso a negócios proprietários através da extensa rede de relacionamento com empresários locais.

• Outras receitas

Concentra as receitas obtidas com a construção da carteira de crédito em TVM e créditos em transição. Adicionalmente remunera o capital pelas áreas que o utilizam (e.g. Investments, Sales & Trading).

a. Informações sobre o segmento reportável

Considerando que a Companhia possui apenas um segmento reportável, as informações financeiras gerenciadas pela Administração são aquelas apresentadas no balanço patrimonial e demonstração de resultado.

b. Segmentos geográficos

As operações da Companhia são, substancialmente, realizadas no país (Brasil) e possui uma empresa com sede em Amsterdam, Holanda, cujo objeto social são atividades de consultoria em gestão empresarial. Além disso, conta também com um fundo de investimento domiciliado nas Ilhas Cayman, cuja estratégia de investimento é obter rentabilidade em títulos e valores mobiliários, incluindo ações e títulos de dívida, moedas, opções, futuros e outros derivativos, com foco no mercado brasileiro.

21. Outras informações

a. Garantias, avais e fianças

Os avais e fianças prestados pelo BR Partners Banco são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta. São concedidos créditos por meio de avais e fianças conforme quadro a seguir:

	2021	2020
Fianças bancárias prestadas	84.879	84.866
Provisão para garantias financeiras prestadas	(372)	(399)
Total	84.507	84.467

b. Contingências

No Grupo BR Partners, não há registro de processo judicial de natureza passiva no âmbito tributário para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

No âmbito cível há uma ação em andamento classificada pelo nosso assessor jurídico como perda provável, cujo valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 292 (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2020).

No âmbito trabalhista, as ações em andamento classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda provável na data base 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 1.176 (R\$ 970 em 31 de dezembro de 2020). Em relação as ações classificadas pelos nossos assessores jurídicos como perda possível, o valor em risco perfaz a monta de R\$ 536 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020).

c. Passivo de arrendamento

O Grupo arrenda andares de prédio comercial e que tem duração de 5 anos, sendo último contrato firmado em 2018, podendo ser renegociado em qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores mínimos não canceláveis de arrendamentos estão apresentados entre 1 e 5 anos, sendo que não há mais saldo para 31 de dezembro de 2021 e, para 2020, o valor estava em R\$ 1.463.

Devido ao momento de Pandemia da Covid-19, houve desconto médio de 20% nos valores pagos de abril a dezembro de 2020. Para 2021 os valores foram alterados devido a renovação de contrato, com 10% a menos no valor praticado do contrato anterior.

A movimentação do saldo de passivo de arrendamento está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2021	2020
Direito de uso de imóvel	1.463	4.667
Depreciação	-	(1.298)
Apropriação de juros s/ arrendamento	-	(262)
Contraprestação paga	(1.632)	(1.632)
Desconto na renegociação	169	(12)
Total do passivo de arrendamento	-	1.463

d. Gestão de recursos de terceiros

O Grupo administra e faz a gestão de fundos de investimentos de participações e fundos de investimentos multimercado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tinha R\$ 1.133.796, R\$ 469.969, respectivamente, em ativos sob gestão, divididos em R\$ 280.143, R\$ 68.290, respectivamente, em fundos de investimento multimercados e R\$ 853.652, R\$ 401.679, respectivamente, em fundos de investimento em participações no Brasil.

e. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas, relativas às instalações em sua sede, foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as apólices contratadas pelo Grupo estão com os seguintes riscos cobertos:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio, explosão e fumaça	10.000
	Perda de aluguel	600
	Responsabilidade civil	600
	Danos elétricos	1.000
	Equipamentos eletrônicos	2.000
	Vidros	30
	Derrame vazamento de sprinkles	2.000
	Recomposição de registros e documentos	600
	Equipamentos estacionários	600

f. Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes a seguir estão relacionados com o BR Advisory Partners Participações S.A. (controlada direta): Em 4 de janeiro de 2022 foi divulgado o "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Units Representativas de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais de Emissão da BR Advisory Partners Participações S.A.", de acordo com a Instrução CVM nº 400, em razão do pedido de registro da oferta pública de distribuição primária de 345.304 certificados de depósitos de ações, representativos cada um de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Units"). O pedido de registro das novas Units da Companhia foi concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no dia 26 de janeiro de 2022.

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador – CRC 1SP 184.007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BR Partners Holdco Participações S.A. | São Paulo-SP



BR Partners Holdco Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.377.554.0001-78

... continuação dos Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão

fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.



**KPMG Auditores
Independentes Ltda.**
CRC 2SP 014.428/O-6

André Dala Pola
Contador
CRC 1SP 214.007/O-2

www.brap.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>